

Abordagens Católicas à Mineração: Estudos de Casos

O Projeto Cerro Pavón, Diocese de Matagalpa, Nicarágua

Município de Rancho Grande, Nicarágua

Mario José Sánchez González

Diretor do Instituto de Pesquisa em Ciências Socio-Humanísticas da Universidade Rafael Landívar, Guatemala



Resumo

El 12 de octubre de 2015, el Gobierno nicaragüense declaró inviable el proyecto minero de Cerro Pavón, impulsado por la empresa minera canadiense B2Gold. La decisión se produjo tras una década de resistencia organizada desde la base en el municipio de Rancho Grande, en el departamento de Matagalpa. El estudio de caso analiza las condiciones que condujeron a este resultado, centrándose en el papel de la Iglesia católica a la hora de proporcionar apoyo pastoral, fomentar la concienciación ecoteológica y facilitar la coordinación política a múltiples niveles. Basándose en un marco analítico que integra la ecología política, la teoría de los movimientos sociales y la teología pastoral, el estudio de caso destaca tres condiciones clave que convergen: a) una tradición eclesial arraigada en el Concilio Vaticano II y una opción preferencial por los pobres; b) un proceso previo de agricultura sostenible como estrategia de resistencia a los impactos de la contrarreforma agraria y las políticas neoliberales; y c) un repertorio de acción colectiva no violenta que trascendió las barreras ideológicas y religiosas para forjar puntos en común en la defensa de la tierra y los medios de vida. Si bien el caso de Rancho Grande sienta un precedente significativo para los movimientos socioambientales en Centroamérica y ofrece un signo de esperanza, es importante reconocer que este caso de éxito ha sufrido graves reveses en el contexto de la crisis sociopolítica de Nicaragua, marcada desde 2018 por una represión cada vez mayor bajo el régimen autoritario de Daniel Ortega.

1. Contexto geral

Desde a década de 1990, o avanço do extrativismo minerador na América Central tem gerado um número crescente de conflitos socioambientais em territórios rurais e entre os povos indígenas (Alfaro, Sosa e Sánchez, 2018; García et al., 2022; Spalding, 2023). Após a ascensão de Daniel Ortega ao poder em 2007, a Nicarágua tem sido um dos países da América Central onde a atividade mineradora mais cresceu e se expandiu (Hendricks e Sánchez, 2021; Sánchez, 2017). O governo de Ortega promoveu uma agenda de desenvolvimento baseada na exploração intensiva de recursos naturais, com ênfase na mineração de metais a céu aberto. Esse compromisso político com o extrativismo minerador colocou o Estado nicaraguense em confronto direto com as comunidades rurais, que veem seus meios de subsistência, sua saúde e sua relação ancestral com a terra ameaçados.

O Ministério da Energia e Minas concedeu, em 2004, uma concessão na área de Cerro Pavón, no município de Rancho Grande, no departamento de Matagalpa, à Minerales de Nicaragua, Inc. (Minesa). A Minesa vendeu os direitos em 2010 à empresa de mineração canadense Minerales Nueva Esperanza S.A., uma subsidiária da B2Gold. A concessão foi concedida sem consulta prévia à comunidade local e desencadeou um conflito entre as autoridades estatais e a empresa, de um lado, e as comunidades rurais, de outro, que formaram o movimento Guardiões de Yaoska (*Guardianes de Yaoska*) para resistir ao projeto. A importância desse caso reside em dois aspectos: foi o primeiro movimento, inteiramente organizado por pequenos agricultores, a conseguir revogar com sucesso uma concessão de mineração na Nicarágua. Foi também um processo controverso no qual a Igreja desempenhou um papel central por meio do apoio pastoral prestado pela Diocese de Matagalpa, e cuja liderança combinou a conscientização ambiental com a coordenação política entre as comunidades afetadas. Essa dimensão religiosa revelou-se decisiva no desenvolvimento da consciência ecológica, da organização comunitária e da capacidade de defesa política.

Para compreender o papel da Igreja Católica no conflito socioambiental em Rancho Grande, é preciso, em primeiro lugar, situá-lo no contexto mais amplo da relação entre religião e política na Nicarágua. Ao longo da história da Nicarágua, essa relação tem sido marcada por tensões e alianças instáveis entre as lideranças

religiosas e políticas.¹ Durante o século XX, a Igreja nicaraguense oscilou entre o conservadorismo social e, após o Concílio Vaticano II (1962-1965), um compromisso com os pobres e a justiça social. Entre os momentos mais significativos desse compromisso estão aqueles vividos durante a luta revolucionária contra a ditadura de Anastasio Somoza (1971–1979) e, posteriormente, o apoio da Igreja à revolução sandinista (1979–1990) e seu subsequente distanciamento dela. Um primeiro marco histórico foi uma carta pastoral emitida pela Conferência Episcopal da Nicarágua em 1971. A carta ecoava os princípios da teologia da libertação e condenava o regime de Somoza pela “existência de estruturas sociais e as que geravam pobreza e desigualdade” (Baltodano, 2008, p. 786). De 1972 a 1978, outras cartas pastorais falaram da “necessidade de sermos agentes da história”, do dever de criar “estruturas justas” e da “responsabilidade social dos cristãos” (Ferrero, 2010, p. 456).



Diante da repressão crescente da ditadura de Somoza, líderes religiosos e bispos documentaram e denunciaram abertamente as graves violações dos direitos humanos cometidas contra pequenos agricultores, líderes comunitários e sindicalistas, entre outros. Em uma reunião concedida pelo presidente Somoza ao bispo Julián Barni, da diocese de Matagalpa, e ao bispo Salvador Shaffer, da diocese de Zelaya, em 20 de maio de 1976, os líderes da Igreja lhe apresentaram uma lista de pessoas que haviam desaparecido de comunidades rurais nas regiões central e norte do país. Eles exigiram que o presidente esclarecesse seu paradeiro (Ferrero, 2010). A liderança religiosa nicaraguense também levou essas denúncias ao âmbito internacional, perante a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos e a Subcomissão de Direitos Humanos do Congresso.

No que diz respeito à segunda fase após a revolução sandinista (1979–1990), em seus estágios iniciais, a hierarquia católica e a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) mantiveram uma relação aberta, caracterizada pelo apoio ativo ao processo revolucionário. No entanto, com o passar do tempo, a relação entre a Igreja e a FSLN enfraqueceu. No plano econômico, houve conflitos entre a Igreja e o governo em relação à questão da expropriação de terras e às políticas econômicas e industriais do governo. No plano político, a Igreja manifestou preocupação com a refundação e a organização de um Estado de partido único e com sua dimensão repressiva. Houve também conflito em relação às funções sociais da educação e das instituições religiosas, bem como às referências ao cristianismo e à teologia da libertação feitas pelo governo do FSLN para justificar suas ações – referências e² es que a Igreja condenou, dado o caráter repressivo do governo (Ávila, 1998, p. 323). Esse contexto ajuda a compreender tanto a desconfiança mútua entre a Igreja e o Estado quanto a capacidade da Igreja de se estabelecer como um ator político autônomo em oposição ao poder estatal, o que será fundamental – como mostrarão as próximas seções – para as ações das comunidades locais em resposta ao projeto de mineração no município de Rancho Grande, no departamento de Matagalpa.

¹ Para uma história da relação entre religião e política na Nicarágua, consulte Álvarez (2008), Ferrero (2020), Houtart e Lemerminier (1989) e Pérez-Baltodano (2003).

² O governo sandinista viu na revolução uma forma de promover a justiça e a solidariedade com os pobres. Alguns membros, que haviam sido formados na juventude pela Igreja Católica, viram na revolução sandinista uma expressão histórica concreta da solidariedade e da opção preferencial pelos pobres, que os documentos do Concílio Vaticano II exortavam a Igreja a adotar. O governo sandinista incluiu três padres católicos em seus primeiros anos: Ernesto Cardenal como ministro da Cultura, Miguel de Scoto como ministro das Relações Exteriores e Fernando Cardenal como ministro da Educação, todos posteriormente condenados pelo Vaticano e proibidos de exercer seu ministério sacerdotal.

Historicamente, a diocese de Matagalpa, na região central da Nicarágua, tem se caracterizado por seu compromisso social, que tem suas raízes no Concílio Vaticano II e em sua recepção na América Latina pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Em sua conferência de 1968 em Medellín, os bispos da América Latina e do Caribe promoveram uma opção preferencial pelos pobres e uma concepção da Igreja como uma comunidade profética e solidária. Nesse sentido, vale destacar o legado deixado pelos dois bispos que lideraram a diocese de Matagalpa durante o Concílio Vaticano II e no período subsequente.

Influenciado pelo Concílio, o bispo Octavio José Calderón Padilla, que esteve no cargo de 1946 a 1970, promoveu a pastoral da terra, iniciativas sociais voltadas para garantir os direitos à saúde e à educação, e projetos de desenvolvimento comunitário. Essas iniciativas baseavam-se em avaliações das necessidades decorrentes da situação de pobreza e marginalização enfrentada pelas comunidades rurais. Essas iniciativas também contaram com a colaboração ativa de agentes pastorais, como catequistas, e da juventude rural. Em junho de 1970, quando Julián Luis Barni Spotti foi nomeado bispo de Matagalpa, ele organizou e apoiou um encontro pastoral, com orientação do CELAM, que visava alinhar as igrejas da diocese com o Concílio Vaticano II e a conferência de Medellín de 1968. O bispo Barni teve um compromisso pioneiro com a defesa dos direitos humanos e foi um dos bispos que mais vigorosamente denunciou as violações dos direitos humanos perpetradas pela ditadura de Somoza. Conforme mencionado anteriormente, ele confrontou publicamente o presidente Somoza sobre os desaparecimentos. Ele deixou a diocese em 1982 para se tornar bispo da diocese de León.

Essa tradição da Diocese de Matagalpa, centrada na pastoral da terra, na justiça social e na defesa dos direitos humanos, tem sido mantida ao longo das décadas seguintes à partida desses dois bispos pioneiros, desde a promoção de cooperativas agrícolas até a denúncia de violações dos direitos humanos durante períodos de conflito armado. Quando a concessão de mineração foi concedida no território diocesano em 2004, essa história levou à formação de uma rede de leigos comprometidos, catequistas e agentes pastorais, atuando como multiplicadores e extensões da opção preferencial da Igreja pelos pobres e do compromisso com os direitos humanos nas comunidades rurais. Em um contexto caracterizado pela escassez de clérigos e pela presença limitada do Estado, essa infraestrutura de rede pastoral gerou amplo alcance social e profundas raízes comunitárias. Ela também se revelaria decisiva no surgimento de um movimento social contra a mineração de metais no município de Rancho Grande.

O atual bispo de Matagalpa, Rolando José Álvarez Lagos, que assumiu o cargo em 2011, tem sido um dos líderes religiosos mais veementes na crítica ao extrativismo como modelo de desenvolvimento social e econômico na Nicarágua. Sua formação em doutrina social da Igreja na Pontifícia Universidade de Salamanca, na Espanha, e seu compromisso com os pobres o levaram a promover os ensinamentos sociais da Igreja na diocese e a demonstrar cuidado pastoral pelos setores mais vulneráveis da sociedade (Sánchez, 2017). Sua liderança e carisma, juntamente com os do Vigário Geral, Dom Edgard Sacasa – que estudou na Universidade Centro-Americana de El Salvador sob a influência dos teólogos da libertação Jon Sobrino e Ignacio Ellacuría –, conferiram à diocese de Matagalpa uma orientação teológica e pastoral claramente comprometida com as causas da justiça social, bem como com a causa ecológica.



A adoção de uma dimensão ecológica à opção preferencial pelos pobres na Diocese de Matagalpa foi resultado de um processo de amadurecimento alimentado pela doutrina social da Igreja e pela tradição da diocese de cuidado pastoral pela terra e compromisso com os direitos

humanos. Como explicou Mons. Sacasa durante uma entrevista realizada na pesquisa anterior do autor sobre o caso:

Existe uma opção pastoral, que é a opção ecológica. Digamos que ela comece com as medidas mais brandas, como o reflorestamento, a criação de viveiros e a fundação de clubes ecológicos – em outras palavras, a ecologia positiva. Mas o que nos guiou neste caso foi o princípio espiritual bíblico da criação da Terra; obviamente, isso agora é um novo fator. Não se trata mais de ambientalismo positivo, mas de ambientalismo de resistência, ambientalismo de protesto, ambientalismo que entra em conflito, que denuncia, que confronta os poderosos (Sánchez, 2016, p. 107).

Essa distinção entre ambientalismo positivo e ambientalismo de protesto é fundamental para compreender a evolução da pastoral ecológica na diocese. A primeira fase, centrada em reflorestamento, viveiros de árvores e clubes ambientais, correspondeu a uma prática de cuidado ambiental desprovida de sua dimensão política. A segunda fase, em contrapartida, surgiu quando a ameaça representada pela mineração se tornou uma realidade concreta, e a diocese percebeu que a defesa da criação implicava necessariamente um confronto com os poderes econômicos e políticos que buscavam destruí-la.

O clero da Diocese de Matagalpa inspirou-se, para sua formação ambiental, em diversas fontes teológicas, entre as quais a virada ecoteológica na teologia da libertação (Boff, 1996, 2008) e a doutrina social da Igreja, especialmente conforme estabelecida no documento de Aparecida (CELAM, 2007) e, em particular, desde junho de 2015, na encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco. Essa opção ecológica não era exclusiva da Diocese de Matagalpa, mas um compromisso compartilhado com a Conferência *Episcopal da Nicarágua* (CEN) como um todo. Em sua carta ao presidente Daniel Ortega, datada de 21 de maio de 2014 e intitulada “Em busca de novos horizontes para uma Nicarágua melhor”, a CEN expressou sua solidariedade com a luta de resistência das comunidades de Rancho Grande da seguinte forma:

[...] tampouco ignoramos a gravidade do problema que a mineração a céu aberto representa para a conservação e o equilíbrio do meio ambiente. Exortamos o governo a exigir que as empresas de mineração já em operação no país tomem as medidas necessárias para proteger a vida das pessoas e prevenir a poluição ambiental. Exortamos o governo a recusar expressamente a autorização para tais projetos em áreas ainda não afetadas pela mineração, como o município de Rancho Grande, em Matagalpa, e a respeitar a decisão de seus habitantes. Propomos que, no que diz respeito à mineração, a atual lei sobre a “Exploração de Recursos Naturais” (n.º 20) seja alterada. (CEN, 2014, parágrafo 20).

Os bispos exigiram claramente que o governo suspendesse a expansão do extrativismo baseado na mineração para novos territórios e, por sua vez, respeitasse a vontade consuetudinária das comunidades que residem nessas áreas. Na mesma carta, a CEN (2014) expressou outra preocupação ecológica em relação à construção de um projeto de canal interoceânico que ligaria os oceanos Pacífico e Atlântico como alternativa ao Canal do Panamá. Os bispos escreveram que, caso fosse adiante, o projeto:

afetará radicalmente a cultura, o modo de vida e o trabalho de nossas comunidades e das futuras gerações (...) [Portanto], é crucial e urgente que o projeto seja discutido com maior profundidade, ouvindo as opiniões de cientistas nacionais e internacionais especialistas na área, conciliando os aspectos constitucionais, geológicos, técnicos e ambientais, e avaliando com calma os riscos que tal megaprojeto representa para a proteção do nosso meio ambiente e dos nossos recursos naturais (CEN, 2014, parágrafo 27).

O movimento de protesto contra o projeto do canal organizou quase 100 marchas e exigiu a revogação da Lei 840, que marcou o planejamento do projeto. Em todas essas manifestações, os manifestantes foram brutalmente reprimidos. Atualmente, a liderança do protesto contra o canal encontra-se no exílio. Em novembro de 2024, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou o Estado da Nicarágua internacionalmente responsável

pela violação do direito ao consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas Rama e Kriol, bem como da Comunidade Negra Crioula de Bluefields, em relação ao projeto do canal interoceânico.

2. O caso do projeto Cerro Pavón em Rancho Grande

Um dos primeiros sinais de alerta sobre o projeto de mineração surgiu quando os moradores perceberam a presença de pessoas desconhecidas que realizavam levantamentos e coletavam amostras de solo em várias comunidades. A princípio, a população local desconhecia a natureza do estudo ou sua finalidade. Eles ficaram surpresos com o fato de os técnicos percorrerem as aldeias coletando vários tipos de pedras e sílex, que depois levavam em suas mochilas. Posteriormente, o padre Edward Custer (conhecido como “Teodoro”), então pároco da paróquia de Nuestra Señora de Fátima em Rancho Grande,³, informou às comunidades que o estudo que estava sendo realizado se destinava à exploração mineradora. Isso confirmou que uma concessão mineradora havia sido concedida sem que houvesse consulta prévia às comunidades ou a realização de uma avaliação de impacto socioambiental, conforme exigido pela legislação nicaraguense.⁴

Na época da concessão, o município de Rancho Grande contava com uma população de aproximadamente 49.730 habitantes (INIDE, 2005). A economia local concentra-se na produção agrícola e no comércio, incluindo café, cacau, arroz, mandioca, laranjas, abacates e outros produtos. Parte da produção destina-se ao abastecimento local e outra parte, especialmente o café e o cacau orgânicos, é exportada para o mercado alemão, com vínculos diretos com a empresa alemã de chocolates Ritter Sport (Sosa, 2015). Graças a práticas agroecológicas sólidas e a condições climáticas e de solo favoráveis, seu sistema produtivo garante segurança alimentar às famílias locais. Outro ponto forte do município é que seu ecossistema faz parte da Reserva Natural do Maciço de Peñas Blancas, uma das seis áreas protegidas que compõem o núcleo da Reserva da Biosfera de Bosawás. A Reserva possui recursos hídricos como a bacia do rio Yaoska, que atravessa 35 municípios em seis departamentos. Outros rios de grande importância para a vida e as atividades da população de Rancho Grande são o Manceras, o Kiwaska e o Babaska. Esse ecossistema, que vem sustentando os meios de subsistência das comunidades locais há gerações, tem sido cada vez mais ameaçado pela mineração, especialmente pela mineração de ouro, que requer grandes quantidades de água e produtos químicos para separar o minério do solo.

Nos últimos vinte anos, a Nicarágua tem sido palco de duas tendências convergentes que deram origem a uma forma de extrativismo autoritário com graves consequências nas esferas política, social, econômica e ambiental, e essas tendências se intensificaram durante o governo de Ortega. Por um lado, consolidou-se um modelo de acumulação de capital baseado na extração de matérias-primas para os mercados globais de commodities, sustentado pela desapropriação e degradação dos territórios e das vidas daqueles que neles vivem. Por outro lado, ocorreu um rápido processo de desmantelamento das instituições democráticas, resultando em um regime autocrático. Como alerta Svampa (2017, p. 62), a máxima “quanto maior o extrativismo, menor a democracia” está se confirmando.

O governo de Daniel Ortega herdou e reforçou as reformas neoliberais regulatórias, institucionais e do setor público que haviam sido promovidas durante o governo de Violeta Barrios de Chamorro (1990-1997). No caso do setor de mineração, as reformas legislativas favoreceram as empresas de mineração, concedendo-lhes benefícios fiscais e simplificando os procedimentos administrativos envolvidos no processo de concessão.

³ O padre Custer era membro da congregação missionária Maryknoll. Tornou-se pároco residente na década de 1990 até 2004, passando depois a integrar a equipe pastoral. Deixou a Nicarágua em 2008. Faleceu em 2024.

⁴ Na Nicarágua, o Estado não faz distinção entre exploração, extração e beneficiamento de minerais. Ao conceder uma concessão, ele outorga à empresa, simultaneamente, os direitos de explorar, extrair e beneficiar minerais.

Por exemplo, os prazos, os requisitos e o escopo das avaliações de impacto ambiental que as empresas eram obrigadas a realizar foram reduzidos, criando uma espécie de concessão expressa. Quanto às vantagens tributárias, o governo de Chamorro concedeu generosos benefícios fiscais que reduziram o pagamento de impostos e royalties a um máximo de 3% (Martínez Espinoza, 2019).⁵ Em 2015, a Nicarágua tornou-se o sétimo destino mais atraente para investimentos em mineração na América Latina (Jackson e Green, 2016, p. 40).



Esse ambiente regulatório institucional, combinado com a alta no preço internacional do ouro (que vem aumentando progressivamente desde 2005) e o aumento do fluxo de investimento estrangeiro, provocou um aumento repentino nos pedidos de exploração e exploração mineradora na Nicarágua. Em 2015, havia 277 concessões mineradoras na Nicarágua, representando 10,5% da área total do território, contra 83 concessões em 2006. Em 2023, as concessões de mineração de metais cobriam uma área de 2.757.854 hectares, o equivalente a 23,17% da área total do país (MEM, 2024). Isso levou à expansão da atividade mineradora para novos territórios habitados por comunidades rurais e povos indígenas e desencadeou múltiplos conflitos socioambientais, nos quais a resposta do Estado tem sido repressiva. Por exemplo, no município de Santo Domingo, um conflito com a B2Gold em 2013 resultou em 141 feridos e 47 detidos, incluindo 12 líderes comunitários que ficaram presos por dois meses (CLACS, 2013). No município de Bonanza, confrontos em 2015 com a Minesa resultaram em uma morte, 12 feridos e 33 detidos (AFP, 2015). No município de El Limón, também em 2015, a intervenção policial em relação aos protestos contra a B2Gold resultou na morte de um policial, deixou 25 feridos e levou à prisão de 23 pessoas (Navarrete, 2015).

Em resposta à crescente repressão do governo Ortega aos protestos, o Centro Nicaraguense de Direitos Humanos (CENIDH) apresentou uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre a manipulação do sistema judiciário para dismantlar o protesto social. A denúncia destacou especialmente a conivência entre a polícia, o poder judiciário e as empresas de mineração, com o objetivo de dismantlar a mobilização social e salvaguardar os interesses econômicos destas últimas, em detrimento dos direitos socioambientais e territoriais das comunidades nas quais os enclaves mineradores estão localizados (Nuñez et al., 2016).

3. A resposta da Igreja Católica à mineração em Rancho Grande

Sensibilização e compartilhamento de experiências

Conforme observado acima, as origens do movimento antimineração em Rancho Grande remontam a 2004, quando o então pároco alertou contra a concessão, pelo Ministério da Energia e Minas, sem consulta prévia, de uma concessão de mineração de 49.000 hectares à Minesa, uma empresa de mineração nicaraguense com capital canadense. Essa licença envolveria mineração a céu aberto e, dada a sua extensão, afetaria não

⁵ Durante a ditadura de Somoza, as empresas de mineração americanas pagavam 1,5% de seus lucros provenientes do ouro exportado em impostos. O governo sandinista nacionalizou todos os recursos minerais na década de 1980, e a mineração passou a ser realizada em pequena escala pelo Estado. Em comparação com outras regiões, o Estado hondurenho exige que as empresas de mineração paguem 10% de seu lucro líquido; a Guatemala exige que paguem 5% de sua receita bruta; e o Panamá exige que paguem 12,5% do valor bruto de suas exportações de minerais.

apenas o município de Rancho Grande, mas também Waslala e San José Bocay – áreas caracterizadas por vasta biodiversidade, áreas protegidas e atividades agrícolas e pecuárias voltadas para a economia familiar.

O padre Custer, missionário da Congregação Maryknoll, entrou em contato com as Irmãs Maryknoll da Guatemala a respeito dos efeitos devastadores da mineração.⁶ Com base nessa troca de informações, ele promoveu atividades voltadas para a conscientização e mobilização da comunidade, com o apoio de sua equipe pastoral formada por catequistas, ministros da Eucaristia, pregadores leigos e agentes da pastoral juvenil. Várias organizações sociais que atuam na região aderiram a esse processo de divulgação de informações e conscientização sobre os perigos da mineração de metais. Elas compartilharam seus conhecimentos técnicos, métodos de trabalho participativos, ferramentas de educação popular e experiência na defesa de direitos, entre outras contribuições. Entre essas organizações, destacaram-se a Associação para o Desenvolvimento e a Diversificação Agrícola Comunal (*Asociación por el Desarrollo y la Diversificación Agrícola Comunal*), a Associação para o Desenvolvimento Integral Comunitário (*Asociación para el Desarrollo Integral Comunitario*), o Movimento Comunitário de Matagalpa, o Centro de Iniciativas de Bem-estar e Assistência Comunitária para a Transformação Ambiental (*Centro de Iniciativas de Bienestar y Asistencia Comunitaria para la Transformación Ambiental*), a Rádio Voz e a filial de Matagalpa do CENIDH, entre outras.

Uma estratégia que fortaleceu a compreensão das questões decorrentes da mineração, bem como a capacidade de ação política da liderança rural em Rancho Grande,⁷ foram as visitas in loco e as trocas de experiências com comunidades afetadas pela atividade mineradora em outras partes do país e na América Central. Essas visitas foram facilitadas e financiadas pela paróquia e por outras organizações, como o Centro Humboldt. Esse tipo de contato funcionou como uma “terapia de choque”, que, segundo Rodríguez e Hesse-Rodríguez (2000, p. 62), “proporciona às pessoas a oportunidade de desenvolver uma maior capacidade de observação, comparação e análise”. Em outras palavras, essa dinâmica contribuiu para a compreensão das causas e efeitos dos problemas socioambientais e motivou a mobilização.

Organização comunitária e coordenação interinstitucional

O movimento Guardiões de Yaoska conseguiu estabelecer uma estrutura organizacional composta por comitês de trabalho nas 36 aldeias (*comarcas*) do município de Rancho Grande. Em cada aldeia, os comitês realizavam diversas linhas de trabalho complementares: capacitação, conscientização, comunicação e coordenação dos esforços de advocacy e mobilização. Segundo um advogado de defesa do CENIDH, o movimento Guardiões de Yaoska desenvolveu a capacidade de mobilizar mais de 40 mil pessoas (Equipo Envío, 2014).

Outro ponto forte que caracterizou o movimento foi sua autonomia política e seu espírito de abnegação, como destaca um membro da comunidade que se descreve como um “agricultor analfabeto com poucos recursos”:

⁶ Essa troca foi facilitada pelo Maryknoll Office for Global Concerns, que havia defendido os direitos ambientais e o direito à consulta prévia em La Puya, na Guatemala, em torno dos projetos Progreso VII Derivada e El Tambor. As irmãs Maryknoll trabalharam na dimensão educacional da defesa de direitos, realizando iniciativas educacionais relacionadas à ecologia integral e, ao mesmo tempo, engajando-se na defesa internacional nos Estados Unidos.

⁷ Tradicionalmente, as comunidades rurais têm sido consideradas “clientes” pela classe política, que lhes prometia dinheiro e bens em época de eleições em troca de votos. Elas também se viam como destinatárias passivas das políticas assistencialistas promovidas pelo governo e pelas organizações sociais. No caso de Rancho Grande, as comunidades rurais foram fortalecidas como atores autônomos, capazes de definir sua própria visão de bem-estar e desenvolvimento comunitário, com base na agroecologia. Em outras palavras, elas não precisavam do patrocínio da classe política e priorizavam seu interesse comum como comunidades em detrimento da lealdade ideológica partidária.

Nessa luta, não dependemos de nenhuma organização para nos fornecer dinheiro ou uma van para ir a uma reunião ou a uma marcha. Nós nos mobilizamos caminhando de uma a quatro horas para levar informações a cada agricultor, a cada produtor que precisava saber a verdade. Fizemos isso sem fazer qualquer tipo de distinção. Participaram mulheres e homens de todas as tendências políticas e todas as religiões (Equipo Envío, 2014).

Essa autonomia e capacidade de autogestão comunitária foram fundamentais para preservar a integridade do movimento diante da pressão do governo e da empresa de mineração, e até mesmo diante do oportunismo de certos partidos políticos de diversas tendências ideológicas.

O objetivo comum de defender as terras e os recursos naturais de Rancho Grande não só contribuiu para a reorganização da comunidade agrícola, como também conseguiu reunir um grupo de atores em nível departamental, conhecido como *Grupo Estratégico de Matagalpa* (GEM). Esse fórum serviu de plataforma para coordenar recursos e planejar atividades entre as diversas organizações que buscavam impedir o projeto de mineração. Esse esforço colaborativo permitiu um maior impacto público, multiplicou e amplificou as vozes críticas contrárias ao projeto de mineração, aumentou a conscientização sobre a questão e proporcionou apoio institucional que, até certo ponto, protegeu os líderes do movimento Guardiões de Yaoska contra a repressão e diversas ameaças.

Outra contribuição valiosa do GEM foi a estratégia de comunicação impulsionada pela mídia local e comunitária. Entre essas iniciativas de comunicação, destacou-se a criação, em 2003, de uma estação de rádio pelo pároco Marlon Velásquez. A estação transmitia programas informativos sobre o projeto de mineração e tornou-se um canal fundamental para conscientizar sobre as consequências da mineração e divulgar os ensinamentos sociais da Igreja e seu compromisso ecológico. Quando a *“Laudato Si”* foi publicada, a estação de rádio paroquial também transmitiu leituras e comentários sobre o texto, adaptados às preocupações de seu público, incluindo a oportunidade para os ouvintes ligarem ao vivo com suas perguntas e inquietações, que eram então discutidas no programa. Além disso, o pároco ou um membro qualificado da equipe paroquial comentava diariamente as leituras do calendário litúrgico e as relacionava com a doutrina social da Igreja. Outros programas de rádio incluíram o compartilhamento das experiências do movimento Guardiões de Yaoska e suas trocas com outras comunidades afetadas pela mineração na América Central. Houve também programas de rádio sobre boas práticas agroecológicas, como técnicas de compostagem, controle de pragas com o uso de biocidas e preparação e melhoramento de sementes nativas. Alguns desses programas foram retransmitidos por outras estações de rádio locais no departamento de Matagalpa.



Uma das estratégias mais criativas do repertório de ações coletivas do movimento Guardiões de Yaoska foi a organização de festivais ecológicos. O objetivo era contrariar a narrativa promovida pela Conferência Internacional de Mineração, organizada pela agência nacional de promoção do investimento estrangeiro (ProNicaragua), pelo Conselho do Setor Privado (*Consejo Superior de la Empresa Privada*, COSEP) e pela Câmara de Mineração, sobre os supostos benefícios da mineração como motor do desenvolvimento econômico, fonte de empregos, solução para o problema da pobreza e até mesmo como atividade ambientalmente responsável graças à sua inovação tecnológica. Paralelamente

a esses eventos pró-mineração da comunidade empresarial, o movimento Guardiões de Yaoska organizou festivais ecológicos, como forma de celebrar a vida, a biodiversidade e a cultura rural comprometida com a agroecologia, criando espaços para que as pessoas se reunissem, fortalecendo a identidade comunitária, “buen vivir” (ou seja, o conceito da teologia moral e da filosofia de “boa vida”, que é consistente com a ética ecológica e frequentemente associado às culturas e espiritualidades indígenas) e a conscientização sobre a necessidade de cuidar do meio ambiente. Produtos agrícolas locais e outros bens eram exibidos nos festivais, contribuindo para a construção de uma alternativa genuína ao modelo de desenvolvimento extrativista, baseada na agricultura sustentável, na conservação dos recursos naturais e no bem-estar da comunidade. Essa visão alternativa estava profundamente enraizada nas práticas agroecológicas que os pequenos agricultores vinham desenvolvendo há décadas na região.

Apoio e discernimento junto às comunidades em relação à violência política

Como já observado, o regime de Daniel Ortega, a partir de 2007, adotou uma abordagem cada vez mais repressiva para lidar com conflitos socioambientais, e os Guardiões de Yaoska foram submetidos a diversas formas de violência política. Por exemplo, uma líder foi criminalizada por ter pintado um slogan que dizia “Não à Mineração” no muro do perímetro do escritório da empresa de mineração B2Gold em Yaoska. No entanto, a violência foi além da criminalização judicial, como relatou outro líder comunitário:

Houve muitos atos de intimidação (...) homens encapuzados apareciam nas casas das pessoas e perguntavam à família se elas tinham armas ou drogas. Algumas pessoas foram presas e chegaram a permanecer sob custódia por um mês após a apreensão de um rifle de caça em seu poder, embora o tivessem adquirido legalmente e não tivessem cometido nenhum delito. Outras não foram levadas à delegacia, mas às instalações da empresa de mineração para serem interrogadas (Sánchez, 2016, p. 114).

A hostilidade e as ameaças eram dirigidas não apenas aos líderes comunitários, mas também ao pároco e aos membros de sua equipe pastoral:

Ultimamente, as ameaças de morte contra os padres nos deram ainda mais coragem. Muitos pregadores foram parados pela polícia em cruzamentos de estradas ao saírem de suas comunidades. Eles os revistam para verificar se seus documentos estão em ordem. “Ah, você trabalha com aquele padre ali!” (Sánchez, 2016, p. 50)



Quando foram organizadas marchas contra a mineração, o governo e a Câmara Municipal de Rancho Grande organizaram uma contramanifestação com pessoas contratadas, com o objetivo de provocar confrontos ou incidentes que levassem à violência. Dessa forma, procuraram deslegitimar a causa pela qual os agricultores locais estavam lutando.

Entre as estratégias de alto impacto no repertório de ações não violentas estava a greve escolar que teve início em 13 de julho de 2014 e foi encerrada em 12 de outubro de 2015. Ela foi organizada quando a empresa de mineração lançou uma campanha nas escolas do município por meio de palestras que destacavam os benefícios da mineração. Materiais promocionais da empresa de mineração – como bonés, camisetas etc. – foram distribuídos. Em resposta a essa situação, os pais decidiram organizar um boicote escolar: nenhuma criança ou adolescente iria à escola até que essas palestras fossem interrompidas.

Também é preciso destacar um episódio em que o bispo e o clero da diocese evitaram uma reação violenta por parte das comunidades locais. Um grupo de jovens, desanimado por tantos anos de lutas, vinha planejando a possibilidade de incendiar os escritórios da B2Gold. O bispo Álvarez os convenceu a continuar suas lutas de forma não violenta, para não desacreditar sua causa e dar pretextos ao regime. Em resposta, os Guardiões de Yaoska também organizaram uma reunião com seus membros mais velhos, que haviam participado do conflito armado durante a revolução sandinista, e compartilharam sua experiência de ter optado por uma resposta violenta às injustiças. Esse foi um exercício de diálogo em que as gerações mais jovens aprenderam sobre o conflito passado e o processo de amadurecimento a serviço das comunidades, e abandonaram seu plano de incendiar os escritórios da empresa de mineração.

Essa oposição pacífica ao projeto forçou autoridades em nível ministerial – a saber, o vice-ministro de Energia e Minas, o ministro do Meio Ambiente e Recursos Naturais e o ministro da Educação e do Esporte – a visitar o município de Rancho Grande. Eles tentaram, em vão, persuadir a liderança dos Guardiões de Yaoska a encerrar a greve escolar e apoiar o projeto de mineração. Para demonstrar a determinação das comunidades em rejeitar o projeto, o movimento organizou uma “Peregrinação pela Vida” em 3 de outubro de 2015. Essa mobilização e marcha em massa contra a mineração foi organizada conjuntamente pelos Guardiões de Yaoska, pela Diocese de Matagalpa e seu clero, incluindo o bispo Álvarez, pastores evangélicos e o Grupo Estratégico de Matagalpa. Mais de 50 mil pessoas participaram, e o evento foi considerado um referendo popular contra o projeto de mineração.

Unindo-se em torno do que é comum

Em 12 de outubro de 2015, uma semana após a Peregrinação pela Vida, o governo nicaraguense declarou inviável o projeto de mineração do Cerro Pavón. Os grupos opositores, unidos sob o movimento Guardiões de Yaoska, conseguiram alcançar seus objetivos. Eles paralisaram as operações de mineração em seu município e impediram seu desenvolvimento, apesar de a aliança entre o Estado e a empresa de mineração ter empregado inúmeras estratégias envolvendo intimidação e violência.

Além dos fatores mencionados acima, como a conscientização sobre as consequências ecológicas da mineração, a organização comunitária e as práticas de desenvolvimento alternativo por meio da agroecologia, alguns outros fatores-chave contribuíram para a decisão do governo quanto à inviabilidade do projeto. Um primeiro fator é a coesão e a natureza intersetorial do movimento Guardiões de Yaoska. A inclusão de líderes de diferentes partidos políticos (sandinistas, conservadores e liberais) e de diferentes comunidades religiosas (católicos e evangélicos) conferiu ao movimento um nível de coesão, legitimidade e representatividade que o tornou resiliente e difícil de dismantelar. Em segundo lugar, alguns líderes do movimento romperam com

seus partidos políticos. Um líder sandinista relatou: “Pertencço ao FSLN; sou membro da Frente desde que me lembro – minha família e tudo mais –, mas, a partir do momento em que todas aquelas coisas começaram a acontecer aqui, nunca mais voltei a uma reunião, seja do partido, seja da prefeitura” (Sánchez, 2017, p. 57). Essa capacidade de priorizar o bem comum em detrimento da lealdade partidária foi um fator decisivo. Um terceiro fator é o papel legitimador da Igreja Católica. A Conferência Episcopal da Nicarágua, por meio de sua carta ao presidente Ortega, e a liderança pastoral da Diocese de Matagalpa forneceram apoio moral e político que legitimou as reivindicações do movimento e o protegeu, até certo ponto, da repressão mais brutal. Em quarto lugar, o movimento conseguiu vincular o discurso sobre a proteção ambiental às necessidades concretas de sobrevivência das comunidades. Como afirmou um líder: “Muitas vezes nos diziam que éramos ignorantes e, em várias ocasiões, nos diziam que o que nos faltava era civilização (...) Mas dissemos muitas vezes no rádio que, para amar a terra, não é preciso essa ‘civilização’” (Sánchez, 2017, p. 44). Em quinto e último lugar, em resposta à violência do Estado, a comunidade de escolheu o caminho da resistência não violenta. As ações coletivas não violentas variaram de greves escolares, peregrinações e ecofestivais a manifestações pacíficas. Elas impediram que o governo tivesse um pretexto para a repressão em massa, mantiveram o apoio público à causa do movimento e forçaram o governo a mudar de rumo e cessar suas medidas repressivas.

Crise sociopolítica: autoritarismo e extrativismo minerador

O dia 18 de abril de 2018 marcou um ponto de inflexão na história recente da Nicarágua e nas lutas do movimento Guardiões de Yaoska para proteger seus territórios das consequências sociais e ecológicas negativas da mineração. O que começou como protestos contra uma reforma do sistema de aposentadoria do Instituto de Seguridade Social da Nicarágua (INSS) – que afetava as já escassas aposentadorias dos aposentados e foi introduzida sem consulta – transformou-se na maior e mais generalizada revolta civil já registrada no país (Cabral e Sánchez, 2019; Sánchez e Osorio, 2020).

O regime de Ortega respondeu a essa mobilização social com uma escalada da repressão, a tal ponto que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) denunciou o fato como um crime contra a humanidade perpetrado pelo Estado. A CIDH documentou a morte de pelo menos 355 pessoas, muitas delas em consequência de execuções extrajudiciais; milhares ficaram feridas, sofrendo consequências físicas e psicológicas permanentes; e mais de 5.000 pessoas foram submetidas a detenções arbitrárias em condições desumanas (CIDH, 2018; Grupo de Especialistas em Direitos Humanos na Nicarágua, 2025a).

A escala e o alcance das violações dos direitos humanos, bem como os perfis das vítimas diretas e indiretas, destacam dois pontos-chave. Em primeiro lugar, a violência política foi planejada, organizada, coordenada e executada por um Estado repressivo e por grupos armados pró-governo liderados pelo governo de Daniel Ortega. Em segundo lugar, essa máquina repressiva tinha como objetivo manter o governo no poder, reprimir e punir grupos específicos que haviam participado da revolta cívica de abril de 2018 e de protestos anteriores, como os protestos contra o projeto Cerro Pavón em Rancho Grande e contra o projeto do canal interoceânico, além de exercer controle total sobre o Estado e a população. Desde abril de 2018, as estratégias e os mecanismos de violência política do regime de Ortega têm se desenvolvido em uma progressão cada vez mais intensa (AI, 2018; GREDHN, 2025a): 1) violência letal e em massa (2018–2020); 2) repressão seletiva (2021), envolvendo a prisão dos sete candidatos presidenciais da oposição; 3) fechamento dos espaços cívicos (2022), envolvendo a revogação em massa do status jurídico de organizações sociais, universidades e meios de comunicação; e 4) controle total (2023–presente), caracterizado pela expulsão, privação da nacionalidade e confisco de bens de centenas de nicaraguenses (GREDHN, 2025b).



Nesse contexto repressivo de Estado policial, diversos processos estão sendo implementados para dismantlar qualquer possibilidade de organização e mobilização social. Indivíduos considerados “opositores” ou “inimigos do regime” são criminalizados e processados. Esse processo tem sido coordenado pelo Ministério Público, com o apoio da Subdiretoria-Geral de Investigação Policial e Inteligência e a liderança da Diretoria de Assistência Judicial (GREDHN, 2025b). São emitidos mandados de prisão com base em listas compiladas pela rede de inteligência e pelos secretários políticos nos distritos territoriais e bairros.

Essa rede levou a uma repressão generalizada e a uma extensa rede de vigilância — um policial para cada 100 famílias —, o que forçou muitos defensores e ativistas nicaraguenses ao exílio em massa, após terem sido ameaçados, atacados ou perseguidos. Estima-se que cerca de 10% da população nicaraguense esteja atualmente no exílio (incluindo o autor deste estudo de caso), entre eles 250 jornalistas que temem por suas vidas. Outros líderes e movimentos sociais optaram pela autopreservação e por uma resistência passiva discreta. Os líderes dos Guardiões de Yaoska não escaparam dessa perseguição e atualmente atuam clandestinamente para se protegerem da prisão.

É importante observar que a repressão tem sido direcionada não apenas contra indivíduos, mas também contra coletivos e suas instituições. Em 15 de outubro de 2020, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei de Agentes Estrangeiros, que, segundo a Anistia Internacional (AI, 2024), “impõe restrições desproporcionais que dificultam o financiamento internacional para organizações, limitando assim suas atividades legítimas de defesa dos direitos humanos” (p. 2). Além disso, o regime restringiu o direito à liberdade de associação e à participação nos assuntos públicos. O cancelamento do registro de mais de 5.600 organizações não governamentais dismantelou o espaço cívico, afetando mais de um milhão de pessoas que dependiam de serviços e projetos de desenvolvimento. Muitas dessas organizações vinham realizando fiscalização social e denunciando abusos cometidos pelo governo de Ortega, tais como corrupção, nepotismo, clientelismo, a autorização de projetos extrativistas sem consulta prévia e informada, colonização violenta e a desapropriação de terras comunitárias pertencentes a povos indígenas e afrodescendentes. A Igreja Católica também tem sido perseguida, com pelo menos 73 agentes pastorais, incluindo padres e religiosos, detidos arbitrariamente, 37 padres expulsos do país e 36 propriedades da Igreja confiscadas (Molina, 2025; GREDHN, 2025a).

Na prática, o Estado de Direito e as garantias do devido processo legal foram dismantelados, enquanto uma rede de vigilância e controle social por meio de agentes de violência foi estabelecida em grande parte do território nacional. Consequentemente, comunidades, movimentos e outros atores sociais se viram em uma situação de total indefesa jurídica, sem possibilidade de resistir a ameaças como a invasão de projetos extrativos. Nessas circunstâncias, o regime de Ortega está se aproveitando da situação para levar adiante tais projetos em contextos onde, historicamente, enfrentava resistência e contestação jurídica, como foi o caso em Rancho Grande. Não é de se surpreender, portanto, que, em um contexto político tão repressivo, o Ministério da Energia e Minas tenha reativado, em 2019, a licença para Cerro Pavón, com o início das operações previsto para 2023. Os direitos de mineração da mina El Pavón, da B2Gold, foram adquiridos pela empresa canadense Calibre Mining. Desde então, as operações continuam sendo uma ferida profunda que as comunidades de Rancho Grande sofrem com um sentimento de impotência.

4. Reflexões finais

A dinâmica da luta política no município de Rancho Grande não pode ser compreendida fora de seu contexto histórico, socioambiental e político. A mobilização social contra a mineração foi um processo contínuo que durou aproximadamente uma década, entre 2004 e 2015. As ações iniciais, lideradas por líderes religiosos, tinham como objetivo conscientizar e alertar sobre os perigos e os efeitos da mineração nas comunidades. Aos poucos, outras organizações sociais aderiram a esse processo, oferecendo assistência técnica e expertise organizacional.

Esse conflito socioambiental reflete o conflito entre duas visões de desenvolvimento: por um lado, uma visão baseada na extração, que destrói os recursos naturais que sustentam os meios de subsistência; por outro, uma visão baseada na agricultura sustentável, praticada há décadas pelos pequenos agricultores de Rancho Grande. Para eles, esse conflito não se limitava à esfera econômica, mas se estendia também à natureza irregular e opaca do processo de concessão de mineração. Esses aspectos entravam em conflito com o exercício da cidadania e o senso de justiça social enraizados na tradição cristã e no movimento rural. O ambientalismo dos pequenos agricultores de Rancho Grande tem raízes profundas no processo de adoção de práticas de produção sólidas, alinhadas à agricultura sustentável, como forma de resistência contra o modelo de produção agroquímica industrial promovido durante a contrarreforma agrária neoliberal da década de 1990, que incluiu a liberalização dos mercados fundiários, o endividamento das cooperativas que tiveram de recorrer a empréstimos de bancos privados e a proliferação de produtos agroquímicos de alto custo.

A tradição social e ecológica da Igreja Católica – a teologia da libertação, o CELAM (2007), *a Laudato Si'* e a tradição social católica mais ampla – foi de vital importância, assim como seu compromisso pastoral de apoiar o movimento Guardiões de Yaoska, fazendo eco às suas reivindicações nos mais altos níveis da política do país. Esse apoio fortaleceu o movimento social e lhe conferiu legitimidade, sobretudo porque reforçou a dimensão religiosa das lutas locais, proporcionando-lhe maior resiliência diante das ameaças e adversidades.

A “opção pela vida” em defesa do meio ambiente foi uma força mobilizadora que conseguiu unir firmemente diversos atores, transcendendo ideologias políticas e afiliações religiosas. Também uniu e fortaleceu a população local – que, em grande parte, se opunha à mineração. O movimento incorporou em sua narrativa a visão de que a raiz subjacente do conflito com a empresa de mineração e o governo era um conflito entre duas visões opostas de desenvolvimento: um modelo de desenvolvimento hegemônico, colonizador e predatório versus um modelo de desenvolvimento sustentável. A ação coletiva não violenta do movimento, como a organização de festivais de agroecologia, demonstrou que era possível uma alternativa ao modelo de desenvolvimento extrativista.

Até a repressão de 2018, o movimento *Guardianes de Yaoska* conseguiu alcançar suas reivindicações pacificamente em um contexto adverso, onde os conflitos geralmente tendem a se transformar em violência coletiva. Além de estabelecer esse precedente, sob a perspectiva da não violência, o caso destaca a necessidade de uma discussão contínua sobre escolhas estratégicas relativas aos modelos de desenvolvimento e sua viabilidade socioambiental. A experiência de Rancho Grande demonstra que a convergência entre o trabalho pastoral da Igreja, a conscientização ecológica rural e a ação coletiva não violenta, pode gerar alternativas reais ao extrativismo. Em um contexto regional onde a violência contra defensores ambientais atingiu níveis alarmantes, este caso oferece uma lição de esperança e um roteiro para outros movimentos que lutam para defender seus territórios e meios de subsistência.

Outra lição do caso do Rancho Grande, no contexto de uma crise sociopolítica, é que a eficácia e a sustentabilidade dos resultados de um processo de mobilização em defesa dos territórios e da vida podem ser revertidas

ou desmanteladas por meio de um conjunto de estratégias repressivas e de controle social, coordenadas e planejadas por um Estado policial e um regime autoritário. Isso revela o oportunismo e a cumplicidade das empresas de mineração em explorar contextos de crise sociopolítica e graves violações dos direitos humanos para levar adiante seus projetos extrativistas contra a vontade das comunidades e es locais e em detrimento de seus direitos socioambientais, de seus recursos naturais e de seu território. Em algumas circunstâncias, as empresas de mineração operam fora do escrutínio da sociedade, das comunidades, da Igreja e da comunidade acadêmica – todos espaços de monitoramento que foram fechados na Nicarágua.

O caso de Rancho Grande, que marcou a primeira vez em que uma decisão de concessão foi revogada na Nicarágua, visa trazer à tona a valiosa contribuição do acompanhamento pastoral da Igreja às comunidades que resistem a projetos de mineração extrativa. Ele também representa um relato histórico do compromisso com a defesa da vida e o cuidado com nossa casa comum. Como afirmou o Papa Francisco na *Laudato Si'*, devemos “perceber que uma autêntica abordagem ecológica se torna sempre social; ela deve integrar as questões de justiça nos debates sobre o meio ambiente, a fim de ouvir tanto o clamor da terra quanto o clamor dos pobres” (parágrafo 49). A luta camponesa em Rancho Grande encarna, por um lado, um sinal de esperança e, por outro, um apelo à solidariedade internacional com os líderes comunitários e a Igreja nicaraguense, que sofreram e continuam sofrendo repressão em um contexto autoritário.

Referências

- AFP (Agence France-Presse). 2015. [“Nicarágua: graves distúrbios em protestos contra empresa de mineração”](#). *E&N (Economía y Negocios)*, 7 de maio de 2015.
- Alfaro, A., T. Sosa e M. Sánchez. 2018. [Estratégias para a defesa do meio ambiente e dos direitos humanos diante dos impactos do extrativismo minerador na América Central](#). Aliança Centro-Americana contra a Mineração (ACAFREMIN).
- Álvarez, E. 2008. *Cultura política nicaraguense*. 4ª ed. Hispamer, Manágua.
- AI (Anistia Internacional). 2018. [Atirar para matar. Estratégias de repressão aos protestos na Nicarágua](#).
- AI. 2024. [Nicarágua: encerra o ano com repressão sistemática e aperfeiçoamento da estratégia estatal contra qualquer forma de dissidência](#).
- Ávila, R. 1998. *Religião e Sociedade Política na Nicarágua*. IDEHU, CASC e CETRI, Manágua.
- Boff, L. 1996. *O Grito da Terra, O Grito dos Pobres. Rumo a uma Ecologia Planetária*. Edições Dabar.
- Boff, L. 2008. *A Opção Terra. A Solução para a Terra não Cai do Céu*. Editorial Sal Terrae.
- Cabralles, S. e M. Sánchez. 2019. “Protestos contra a repressão (Nicarágua)”. Em D. Snow et al., eds. *A Enciclopédia Wiley-Blackwell de Movimentos Sociais e Políticos*. Hoboken, NJ: Wiley & Son. 2ª edição.
- CELAM (Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe). 2007. *Documento Conclusivo de Aparecida*, <https://www.celam.org/aparecida/Espanol.pdf>
- CEN (Conferência Episcopal da Nicarágua). (2014). “”. 21 de maio de 2014
- CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos). 2018. [Relatório sobre a Nicarágua: Graves violações dos direitos humanos no contexto dos protestos sociais na Nicarágua](#).
- CLACS (Centro de Estudos da América Latina e do Caribe). 2013. [“2013: Criminalização dos protestos e dos movimentos de oposição à mineração.”](#)
- Equipe Envío. 2014. [“em um paraíso e vamos defendê-lo todos juntos contra a mineração.”](#) Envío: Informações sobre a Nicarágua e a América Central. Universidade Centro-Americana.
- Ferrero, M. D. 2010. [A Nicarágua dos Somoza. 1936-1979](#). Universidade de Huelva e IHNCA.
- García, G., L. Vigil, L. Martínez, V. López e M. Sánchez. 2022. *Perfil Extrativo Centro-Americano: Extrativismo Mineiro na Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador*. Guatemala: Observatório das Indústrias Extrativas (OIE).
- GREDHN (Grupo de Especialistas em Direitos Humanos sobre a Nicarágua). 2025a. [Instituições e pessoas](#)

[responsáveis pelos principais padrões de violações e abusos dos direitos humanos e crimes perpetrados na Nicarágua desde abril de 2018.](#)

- GREDHN. 2025b. [Relatório do Grupo de Especialistas em Direitos Humanos sobre a Nicarágua. 58º período de sessões](#)
- Hendricks, M. e M. Sánchez. 2021. [“: o elixir da vida ou o fruto proibido? Uma análise empírica das oportunidades e ameaças da mineração em Santo Domingo, Nicarágua: uma comunidade dividida sobre a mineração”](#). Revista QUID 16.
- Houtart, F. e G. Lemerminier. 1989. [A Cultura Religiosa das Comunidades Eclesiais de Base na Nicarágua](#). Louvain-la-Neuve: Centre Tricontinental.
- INIDE (Instituto Nacional de Informação sobre Desenvolvimento). 2005. [VIII Censo Populacional e IV Censo Habitacional](#).
- Jackson, T. e K.P. Green. 2016. [Pesquisa com Empresas de Mineração 2015](#). Instituto Fraser.
- Martínez Espinoza, M. 2019. [“O extrativismo minerador na América Latina: abordagens, paralelos e pressupostos a partir do caso da Guatemala”](#). *Perfiles Latinoamericanos* 27(53).
- MEM (Ministério de Energias e Minas). 2024. [Estatísticas da Mineração](#).
- Molina, M. 2025. [Nicarágua: Igreja perseguida](#). VII Relatório.
- Navarrete, J. 2015. [“e despejo na mina El Limón”](#). *Confidencial*. 17 de outubro de 2015.
- Núñez, V. et al. 2016. [“de defensores dos direitos humanos no contexto de projetos industriais: Um fenômeno regional na América Latina”](#). *Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos e Federação Internacional dos Direitos Humanos*, fevereiro de 2016.
- Pérez-Baltodano, A. 2003. *Entre o Estado Conquistador e o Estado-Nação. Providencialismo, pensamento político e estrutura de poder no desenvolvimento histórico da Nicarágua*. HNCA/UCA Instituto de História da Nicarágua e da América Central, Universidade Centro-Americana: Fundação Friedrich Ebert na Nicarágua
- Rodríguez G., R. e M. Hesse-Rodríguez. 2000. *O caminho se faz ao andar: guia metodológico para desencadear processos de autogestão em torno de experiências agroecológicas*. Fundação Sembradores de Esperança, Colômbia.
- Sánchez, M. 2016. [“Os recursos em disputa. O caso do conflito minerador em Rancho Grande, Nicarágua.”](#) *Anuário de Estudos Centro-Americanos* 42: 93-131.
- Sánchez, M. 2017. [Extrativismo e Luta Camponesa em Rancho Grande. A Expressão de um Ecologismo Político na Nicarágua](#). Centro de Análise Sociocultural (CASC)/Publicações da UCA.
- Sánchez, M. e H. Osorio. 2020. “Abril de 2018, Nicarágua: O desafio da democracia diante do autoritarismo”. Em M. Ortega et al., eds. *Nicarágua 2018: A Insurreição Cívica de Abril*. Publicações da UCA
- Sosa, T. 2015. [“Rancho Grande. Um patrimônio natural e produtivo ameaçado pela mineração”](#). *Boletim Rancho Grande*, Centro Humboldt.
- Spalding, R. J. 2023. *Breaking Ground: From Extraction Booms to Mining Bans in Latin America*. Oxford University Press.
- Svampa, M. 2017. [“Quatro chaves para entender a América Latina”](#). *Nueva Sociedad*. 268: 50-64.

Citação recomendada

Sánchez González, Mario José. (2026). “O Projeto Cerro Pavón, Diocese de Matagalpa, Nicarágua”. En Severine Deneulin e Caesar Montevecchio (coord). *Abordagens Católicas à Mineração: Estudos de Casos*. University of Notre Dame y Laudato Si’ Research Institute, Campion Hall, University of Oxford. <https://doi.org/10.7274/33955408>

Créditos das fotos

Todas as fotos desta matéria foram fornecidas por Onda Local. Todos os direitos reservados.